

POLÍTICA EDUCACIONAL: PARA ALÉM DA RACIONALIDADE ECONÔMICA - QUESTIONANDO A ENTURMAÇÃO

Ana Paula Duso¹
Edite Maria Sudbrack²

RESUMO: Esta pesquisa, que tem como tema Políticas Educacionais: Uma Análise dos Efeitos da Enturmação no Ensino Fundamental da Região Norte do Rio Grande do Sul – Uma Reflexão Necessária, está situada na necessidade de avaliar e analisar os processos de formação de turmas no Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino na Região Norte do Rio Grande do Sul. Na perspectiva do Ciclo de Políticas de Ball e Bowe (apud MAINARDES, 2006), atentamos para os impactos de tais medidas. Diante disto, constam no trabalho reflexões sobre aspectos, tais como política educacional, gestão educacional, ciclo de políticas, que estão, diretamente, ligados com o tema. Reforçamos no estudo que as políticas educacionais objetivam atender às diferenças entre as classes sociais, próprias de países capitalistas, visando a fazer frente às necessidades mais prementes da população. Como cabe ao Estado a função de regulação e de manutenção do bem-estar dos cidadãos, estas medidas devem assegurar os direitos básicos dos indivíduos, tais como saúde, educação, segurança. A viabilização das Políticas Educacionais dá-se através da Gestão Educacional, fundamental na qualificação do processo democrático. A escola, enquanto instituição, deve buscar subsídios que lhe darão suporte para a prática da gestão educacional dentro do espaço macro e micro, numa visão de totalidade. Este relato vale-se, também, das categorias do ciclo de políticas, denominação dada pelos pesquisadores ingleses da área de Políticas Educacionais, Stephen Ball e Richard Bowe (apud MAINARDES, 2006). Podemos concluir, preliminarmente, a partir das análises, que grande parte dos gestores entrevistados é contrário à medida educacional em estudo, salientando que a mesma poderá trazer consequências negativas para a educação nas escolas estaduais, entre elas podemos citar a queda da qualidade do ensino e o aumento da evasão e repetência. Numa turma que possui um número elevado de alunos ficam prejudicados o atendimento individualizado, a aprendizagem, a avaliação e a interação professor-aluno, aluno-aluno, já que, por vezes o estudante já está integrado numa turma e terá que se adaptar a outra com novos alunos.

Palavras-chave: Política Educacional. Ciclo de Políticas. Gestão Educacional.

INTRODUÇÃO

Este artigo resulta da pesquisa, que tem como tema Políticas Educacionais: uma análise dos efeitos da enturmação no Ensino Fundamental da região norte do Rio Grande do

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia e Bolsista do Projeto de Iniciação Científica PIBIC/CNPq-anaduso@hotmail.com

² Prof^ª Dra da URI-Campus de Frederico Westphalen-RS-sudbrack@fw.uri.br

Sul – Uma reflexão necessária, analisando os processos de formação de turmas no Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino na Região Norte do Rio Grande do Sul, na perspectiva do Ciclo de Políticas, atentando para os impactos de tais medidas.

É de fundamental importância realizarmos um aprofundamento do estudo referente ao Ciclo de Políticas, proposto por Stephen Ball e Richard Bowe (apud MAINARDES, 2006). Para entendermos o Ciclo de Políticas, há que o situar no contexto das Políticas Educacionais, as quais representam o maior alvo desta pesquisa. Então, política educacional é melhor definida por Camargo (2006 apud SUDBRACK, 2009), quando afirma que, as políticas educacionais podem ser entendidas como fração das políticas públicas, atendendo, com efeito, a um determinado setor do todo: a educação.

Portanto, o ciclo de políticas, definido por Ball e Bowe (op. cit.) consiste numa abordagem ou maneira que os mesmos encontraram para estudar e compreender os programas, as políticas educacionais existentes e suas interfaces. Podemos citar três pontos que norteiam o ciclo de políticas: o Contexto de Influência, que consiste em circulação de ideias em nível internacional, levando conceitos dominantes e estratégias de marketing. Outro ponto pertinente à questão do ciclo de políticas é o Contexto de Produção de Texto, que visa, por meio de pronunciamentos, produção de textos e de linguagem, a produzir um discurso administrativo e técnico, traduzindo influências sobre a interpretação das Políticas Educacionais. Tal discurso hegemônico não atenta, por vezes, para os valores éticos, morais e políticos. E um terceiro aspecto é o Contexto da Prática, cuja abordagem salienta que as políticas educacionais estão à mercê de interpretações, indagações e recriações dos indivíduos, em que cada um interpreta e entende de uma maneira diferenciada.

As políticas educacionais, estão inseridas no contexto das políticas públicas. Vale dizer que compõem, também, um grande elo com a gestão da educação, a ser refletida, igualmente no decorrer da pesquisa, sendo compreendida como:

O processo político-administrativo contextualizado, através do qual a prática social da educação é organizada, orientada e viabilizada, sendo que a gestão da educação está intimamente ligada às políticas públicas no campo educacional, pois "...a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando aspectos concretos às direções traçadas pelas políticas (CAMARGO, 2006 apud SUDBRACK, 2009).

Desta maneira, cabe salientar que as políticas educacionais no Brasil são mantidas pelas organizações financiadoras, principalmente pelo Banco Mundial (BM), instalado com o objetivo de financiar os países após a segunda Guerra Mundial, posteriormente, juntamente

com o BIRD e o FMI, exerce um papel de extrema influência na implementação das políticas educacionais. Daí a importância em se aprofundar o estudo sobre os organismos financiadores, para entender sua função e sua interferência nas decisões educacionais.

Esta pesquisa se baliza pela necessidade de avaliar determinada medida educacional, apontando e explicitando os impactos e as ocorrências, subsidiando decisões futuras. Prevê-se, ainda, contribuir com a linha de pesquisa do grupo de Pesquisa em Educação, aprofundando a produção nas temáticas de Políticas Públicas, Currículo e Educação.

A proposta metodológica desta investigação dá-se numa abordagem qualitativa e descritiva, tendo como base a análise documental e o grupo focal. Sendo que, no primeiro ano de pesquisa, o grupo de trabalho irá contemplar a análise documental e, num segundo momento, a metodologia que norteará o trabalho será o grupo focal e a análise documental. Ressaltamos que esta investigação tem como metodologia de trabalho, também, o aprofundamento do referencial teórico acerca do tema em questão. Vale-se, igualmente, do ponto de vista teórico, encontrado nas pesquisas bibliográficas, nos dados coletados e analisados através da análise documental de legislações, pareceres e normas, a fim de responder à problemática em estudo.

1 RESULTADOS

1.1 Analisando o contexto escolar da região pesquisada

Nesta parte do trabalho, passaremos a analisar os processos de formação de turmas, partindo da amostragem desta pesquisa.

É importante destacar o número de municípios e, também, de escolas que foram contatadas para a verificação de tal ação. O universo da pesquisa compreende o Território do Médio Alto Uruguai, o qual conta com trinta e quatro municípios, totalizando cem escolas. Porém, nem todas as escolas em que foi mantido contato efetivaram a enturmação. Assim, a amostra da pesquisa envolveu doze municípios e quatorze escolas estaduais, considerando-se o critério da enturmação, implantada desde 2008.

Para dar conta desta pesquisa foram realizadas entrevistas³ com gestores das escolas em que houve enturmação. Perguntamos, inicialmente, para os gestores como encaram o

³Depoimentos de gestores. Designados pelas denominações A, B, C, D, E, G, H, I, J, K, L, M, N, O,...X, Y, Z a fim de identificar os sujeitos da pesquisa. Entrevista concedida para a Pesquisa “Políticas Educacionais: uma análise dos efeitos da enturmação no Ensino Fundamental na região norte do Rio Grande do Sul – Uma reflexão necessária”.

sistema de formação de turmas em execução no Estado. O (a) diretor (a) A, expôs sua opinião:

A escola perde sua autonomia, além do modo de promover a desqualificação do ensino, baixa aprendizagem, ínfimo rendimento, complicações com o processo educativo por parte da escola como um todo, direção, professores, pais e dos próprios estudantes. Nossa escola adotava sempre a sistemática de constituição das turmas, respeitando as vontades dos estudantes e a análise que os professores faziam para superar as dificuldades. Com a enturmação, todos os estudantes são “socados” em uma mesma sala de aula, independente das dificuldades que apresentam, inclusive das preparações dos professores e do tamanho das salas de aula (GESTOR A, 2008).

Diante desse argumento, ressaltamos que as políticas públicas objetivam atender às necessidades das classes sociais, viabilizando melhorias, assegurando direitos básicos, como saúde, educação, moradia, segurança. Porém, não é essa a imagem e não parecem ser esses os objetivos que as políticas educacionais estão atingindo, como pode ser evidenciado pelo entrevistado, em que o mesmo demonstra que essa medida educacional contribuiu para a precariedade do ensino e não para promover a qualidade. Para ilustrar tal abordagem, valemos das palavras de Muller (2000, p. 6) que define as políticas públicas como “um nível privilegiado de interpretação específica da atividade política, no qual a centralidade está na capacidade do Estado em resolver problemas e não na imposição de uma ordem política global”.

O gestor H, quando perguntado a respeito da mesma questão, afirma que

Não é aceitável. Tendo em vista que o número elevado de alunos, com diferentes níveis de conhecimento, necessitam de atenção especial. Com grande número de alunos o professor possui dificuldade de atender individualmente e, conseqüentemente, o rendimento é baixo (GESTOR H, 2009).

Assim, com base no argumento do gestor H salientamos que a medida poderá trazer conseqüências negativas para a educação nas escolas estaduais. Entre elas, podemos citar a queda da qualidade do ensino e o aumento da evasão e repetência. Numa turma que possui um número elevado de alunos fica prejudicado o atendimento individualizado, a aprendizagem, a avaliação e a interação professor-aluno, aluno-aluno, já que, por vezes, o estudante já está integrado numa turma e terá que se adaptar a outra com novos alunos.

O Estado necessita diminuir gastos, reorganizar suas dívidas, porém, tem que ter presente que a Educação, o ensino, norteiam e dão suporte para o país, o Estado, a sociedade. É imprescindível que a mesma apresente condições favoráveis, de acesso a todos, possibilitando, através dela, a inserção dos sujeitos no meio social, e o exercício de sua

autonomia. Para o Banco Mundial esta medida implantada, a enturmação, visa à diminuição de despesas, pois:

Segundo estudos citados pelo Banco Mundial, o tamanho da classe (número de alunos por professor) não incide ou tem uma incidência pouco significativa sobre o rendimento escolar: acima de vinte alunos por sala, afirma-se, não faz diferença se não trinta ou cinquenta ou mais. Sobre essa base, o Banco Mundial recomenda aos países em desenvolvimento não empenhar esforços em reduzir o tamanho da classe [...], pelo contrário, incrementar o número de alunos por sala a ficam de baixar custos e utilizar esses recursos em livros didáticos e capacitação em serviço (TORRES apud TOMMASI, WARDE, 1998, p. 167).

Essa abordagem ilustra o que está ocorrendo com a educação no Estado do Rio Grande do Sul, hoje. A medida da redução de gastos leva ao aumento do número de alunos por sala. Essa situação pode ser confrontada com o que diz o Parecer CEE/RS 1400/2002, que recomenda que: “1º ano tenha até 25 alunos, do 2º ao 4º ano até 30 alunos, do 5º ao 8º ano até 35 alunos”. É necessário que estas salas de aula estejam equipadas e preparadas para atender às necessidades básicas dos alunos, incluindo carteiras suficientes para o número de educandos, bem como quadro de giz em condições favoráveis, sala com aeração, janelas adequadas para proteção com incidência de sol. Porém, não é bem nessas condições que algumas escolas estaduais se encontram. A educação não poderia ser vista como uma mercadoria, exercendo através dela relações de mercado em que aqueles que fazem parte da minoria usam de poder para interferir de forma equivocada na educação, por exemplo, determinar o número de alunos por sala, medida baseada apenas nos princípios capitalistas, visando à quantidade e não à qualidade. Tais atitudes vão totalmente contra a política da construção do processo ensino/aprendizagem do sujeito em que o mesmo constrói o conhecimento com base na cooperação, no respeito, na solidariedade, exigindo mediações do professor para o seu desenvolvimento integral.

Quando o gestor I argumenta em sua entrevista percebe-se em suas palavras o mesmo sentido que os entrevistados H e E expuseram, ou seja:

Achamos que a enturmação do Ensino Fundamental em nossa escola não foi positiva, pois ocorreu um alto índice de reprovação, devido ao grande número de alunos, o que não oportunizou um ambiente propício para a concentração, dificultando assim, a aprendizagem. Vivenciada essa experiência, achamos que turmas menores, com uma média de vinte alunos, apresentarão um aproveitamento maior, melhor e mais positivo (GESTOR I, 2009).

Nesta fala se depreende que esta medida poderá deixar algumas marcas nas escolas, neste caso, como podemos perceber, o índice de reprovação e o baixo aproveitamento das aulas é um fator que parece estar contribuindo para o comprometimento do processo ensino

aprendizagem dos alunos. No contraponto, há um grupo de professores apontando que a enturmação, de certa forma, pode ser considerada aceitável. Uma vez que, tanto o gestor L quanto o Gestor B afirmam, respectivamente: É aceitável, porque em muitas escolas de ensino fundamental a realidade era de 5 alunos por série, mas na nossa escola temos turmas com 20 alunos por turma em média (GESTOR L, 2009). Ou, “pedagogicamente não, no entanto, administrativamente sim, pois há contenção de despesas” (GESTOR B, 2009).

Na mesma linha de argumentação, o Gestor M afirma:

Dependendo do número de professores e de alunos disponíveis na escola concordamos com a enturmação. Se a turma tiver número reduzido de alunos concordamos em unir duas séries (GESTOR M, 2009).

Podemos perceber, a partir das reflexões dos três gestores distintos, mas que detêm posicionamentos semelhantes, que apontam algo questionador, quando falam em remanejamento de professores e número reduzido de alunos por série. Entende-se que a justificativa para a aceitação dá-se de acordo com a realidade produzida pelos formuladores de política, pela mídia, ou seja, pelo contexto de influência e de produção de textos, valendo-se do critério econômico apenas.

E esse ambiente precisa ser propício para o desenvolvimento do educando, a escola precisa estar preparada para atender à demanda, deve estar munida de um corpo docente qualificado, coordenação pedagógica, direção, apoio pedagógico, secretaria, biblioteca, determinados recursos que auxiliam, também, no progresso de uma instituição, proporcionando aos docentes, discentes e comunidade em geral, educação com responsabilidade e, assim, corresponder aos objetivos propostos.

Verificar o nível de desenvolvimento de cada turma, individualizadamente, segundo os entrevistados, é de suma importância também. Talvez, um estudo de caso, aprofundado pudesse ser feito antes da aplicação e execução de uma política pública. Dando seguimento à análise das entrevistas, os gestores a seguir responderam, expressando através de suas palavras sua contrariedade frente a essa medida. O gestor D expôs sua reflexão acerca de como se processa a aceitação de tal medida educacional. Para o entrevistado “não é aceitável. Isto não leva a objetivo algum, porque é bastante difícil trabalhar com níveis de aprendizagem diferentes. Acho isto muito antigo, o sistema está impondo às escolas um trabalho arcaico” (GESTOR D e N, 2009).

Quando os gestores apontam esta medida educacional como sendo antiga, dá-se pelo fato de que, há mais ou menos uns cinquenta anos, as aulas eram ministradas dessa forma,

multisseriadas, na sala de aula de cinco séries e, ainda, com níveis de aprendizagem distintos. Era apenas um professor para conduzir as atividades, isso acontecia por não haver professores suficientes nas escolas. Na sequência, o gestor C argumenta expondo sua opinião sobre a medida educacional. Para ele: “Não é aceitável, mas como tínhamos que cumprir ordens tivemos que atender a determinação da governadora” (GESTOR C, 2009).

Questionamo-nos, será que apenas cumprir ordens e não questionar, não reivindicar é a melhor decisão a ser tomada? Ainda, é assim que a escola está assumindo seu papel de formar cidadãos críticos? Aceitando em silêncio as determinações do governo, sem ao menos indagar o por quê?

O nosso papel, enquanto cidadãos na sociedade, vai muito além de apenas aceitar o que nos é imposto, constatar não é suficiente, é preciso que a partir do que constatamos, realizarmos, ações de mudança, práticas de intervenções como sujeitos da situação e não objetos, que agem de forma passiva. Precisamos nos reportar à política educacional, alvo principal de nossa pesquisa que está deixando a escola e os professores acomodados, e que não parecem apresentar motivação para praticarem atos de mudança, ou pronunciar sua insatisfação quanto às políticas públicas de educação.

Isto demonstra o quanto a autonomia das escolas não é exercida. Se a política educacional foi implantada, cabe à escola e aos docentes que nela atuam reavaliar sua prática, buscando meios para o aprimoramento da mesma, de certa forma é um começo para haver mudança. É o espaço do Contexto da Prática que pode auxiliar a ressignificar uma política global de forma local. Assim, de acordo com Ball e Bowe

O contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e conseqüências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. [...] o ponto chave é que as políticas não são simplesmente implementadas dentro desta arena (contexto da prática), mas estão sujeitas à interpretação e, então, a serem recriadas (apud MAINARDES, 2006, p. 53).

Como já explicitado, anteriormente, o Contexto da Prática tem grande ligação com o Contexto de Produção de Texto, sendo que no momento em que a política educacional é implantada, cabe aos sujeitos, neste caso, às escolas, interpretarem-na. Uma vez que, as mesmas não encaram os textos políticos de forma ingênua, justamente por levarem em conta em suas interpretações, as histórias, as valores, os princípios, as experiências, os propósitos e os interesses entre eles. Isto é a prova de que os formuladores de políticas não podem

controlar seu significado, cada indivíduo compreende de uma forma diferente o que lê, de acordo com o contexto em que está inserido.

O importante é que as escolas, a partir do momento em que internalizam o significado do discurso político, possam recriar um novo olhar sobre o efeito que esta política produz. Esta abordagem designa, portanto, que os docentes e demais profissionais da educação assumem uma postura ativa no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais, conseqüentemente, o que pensam e praticam tem grande interferência no processo de implementação das políticas educacionais (MAINARDES, 2006).

A escola quando assume uma postura de reflexão, de questionamentos e indagação sobre as políticas implantadas, está contribuindo para a formação do sujeito (aluno) crítico que exerce sua cidadania. No momento em que o sujeito não se satisfaz com a subordinação dos que detêm a hegemonia, pode-se dizer que ele não é mais objeto da História, mas sim, sujeito dela.

A segunda pergunta da entrevista questionava os gestores em relação ao número de turmas agrupadas na escola, bem como o número de séries agrupadas na mesma. Assim, na amostra de 14 escolas, 25 turmas e 48 séries foram agrupadas, processo iniciado em 2008.

Dando seguimento à análise dos dados, argumentaremos sobre a terceira questão da entrevista, a qual consiste em saber a justificativa apontada pelo Sistema Educacional para o agrupamento de turmas do Ensino Fundamental. Nessa perspectiva, os gestores responderam, expressando através de suas palavras que uma das justificativas apontadas seria que, com a enturmação haveria a redução de gastos, já que com mais alunos por turma, o número de professores diminuía e as despesas também. Outro aspecto apontado como justificativa seria o baixo número de alunos por turma nas escolas e muitos professores, às vezes sem função nas instituições, precisando ser remanejados com o objetivo de diminuir o número. Em suma, as justificativas apontadas preveem a redução de despesas com os docentes, sem levar em conta os princípios dos Pareceres Estaduais CEED nº 1400/2002 e 580/2000 que determinam o número de alunos por série, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Percebe-se, portanto, a predominância do critério econômico.

A questão número quatro consistia em indagar como são viabilizadas as aulas com turmas numerosas, ou até mesmo com níveis diferentes. Os docentes responderam, expondo as dificuldades mais prementes da prática docente. Expuseram o fato de que procuram diversificar as aulas, partindo de temas geradores, que a interdisciplinaridade está bastante presente, que buscam o novo para trazer aos educandos, porém colocam que não é de grande valia trazer novas metodologias, se o atendimento individualizado não acontece, devido ao

número elevado de alunos dentro da sala de aula e, também, devido aos diferentes níveis de ensino que se encontram num mesmo ambiente. Nesta questão temos presente o contexto da prática, quando a política educacional é implantada, estando atuante nas escolas. Os docentes precisam trabalhar da melhor forma possível para conseguir conciliar a aprendizagem dos educandos com as implicações da política educacional, uma vez que os mesmos têm o poder de ressignificação desta política, tendo a possibilidade de encontrar meios para melhor interagir com ela.

A respeito da questão número cinco, os gestores expuseram quanto ao processo de aceitação dos professores em relação ao aumento de alunos. Neste sentido, constatamos que as respostas foram diversas, porém, todos mostraram sua rejeição frente a esta medida, pelo fato de haver interferência negativa da política educacional na prática docente. Podemos citar alguns apontamentos levantados pelos gestores, como, por exemplo, o fato de que os professores sentem dificuldades em preparar suas aulas, pela dificuldade de atendimento individualizado e pela indisciplina que ocorre frequentemente. Um outro ponto pertinente nas reflexões dos gestores é o caso da multisseriação, em que os professores precisam ministrar as aulas com diferentes níveis de ensino na mesma sala, o que dificulta o bom andamento das atividades da aula, bem como a qualidade do ensino fica a desejar.

1.2 Ciclo de políticas X representação dos gestores e docentes

Para a coleta e análise de dados, constituímos, também, um grupo focal, que, segundo Mello (2005), possibilita a inserção do pesquisador no grupo envolvido na pesquisa, de forma a anexar questionamentos, rever posições dos sujeitos, verificação dos dados, nem sempre possíveis com um questionário ou com a abordagem individual.

Os sujeitos da pesquisa são reunidos em grupos para reuniões quinzenais sobre a temática. Este grupo é denominado grupo focal. O grupo focal foi constituído pelos gestores das escolas envolvidas na pesquisa e por docentes que atuam em turmas agrupadas, que aderiram à proposta. Este grupo objetiva ampliar a visão do assunto, obter novas informações, através da maior proximidade com os sujeitos da pesquisa, por meio de textos, debates e posicionamentos. Os debates são lançados pela moderadora (pesquisadora) em forma de associação livre e estímulos sobre o assunto da pesquisa (BAUER, GASKELL, 2002).

Podemos dizer que o Grupo Focal é um encontro entre os gestores, docentes, pesquisador e orientador. No Grupo há uma discussão em relação ao tema da pesquisa. Num primeiro momento são apresentados os propósitos da mesma e, posteriormente, alguns textos

em relação à Educação hoje, apontando e explicitando alguns aspectos referentes aos impasses e às perspectivas da educação, bem como da situação desta nas escolas.

É oportuno salientar a importância de se realizar um agrupamento das falas dos sujeitos participantes do Grupo Focal, de acordo com o Ciclo de Políticas, pois o mesmo dá a dimensão dos três contextos que estão presentes no dia a dia escolar, até mesmo na prática docente, interferindo na Educação como um todo. A realização do agrupamento exige fazer uma análise minuciosa das falas dos gestores, após esta, podemos, então, definir em qual dos três contextos eles se identificam melhor, observando-se que as respostas situam-se 20% no Contexto de Influência, 30% no Contexto de Produção de Texto e 50% do Contexto da Prática.

É possível perceber, portanto, que o percentual maior de respostas está no Contexto da Prática. Isso se dá pelo fato de que a pesquisa objetiva a reflexão acerca da Política Educacional, Enturmação, resultando numa reavaliação da prática docente. Pode-se dizer, então, que essas intervenções acontecem com a mediação do Grupo Focal. No seguimento do texto, evidenciamos algumas falas dos gestores que participaram dos encontros do Grupo Focal, sendo que, as mesmas atestam a vinculação com o ciclo de Políticas. Para começar, temos a fala do Gestor X, participante do Grupo Focal, quando nos diz que:

O governo está sujeito a aceitar as ordens dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, quando há o empréstimo de dinheiro eles precisam cumprir ordens e mostrar resultados, e estes surgem e são impostos para as escolas, a educação mais uma vez sendo prejudicada (GESTOR X, 2009).

Como mencionado anteriormente, os organismos internacionais, como o Banco Mundial, interferem, diretamente, nas decisões e implementações das políticas públicas, entre elas, a política educacional. E essa interferência nem sempre adquire um perfil voltado à qualidade educacional. Os financiadores visam à quantidade e ao retorno, para isso utilizam-se de métodos que acabam desfavorecendo o setor.

Para dar continuidade à reflexão, temos a segunda fala de um Gestor Participante do Grupo Focal: “Surgiu comentários de que haveria uma ajuda de custo para as escolas, nas quais ocorreu enturmação – como forma de mascarar a realidade” (GESTOR Y, 2010).

Podemos dizer que essa atitude é uma forma de mascarar a realidade, no sentido de que a educação passa por impasses e momentos tumultuosos, há inúmeras dificuldades em trabalhar com turmas numerosas, porém, precisam cumprir ordens e acordos combinados. Tal ajuda de custo, então seria uma forma de amenizar a situação.

De acordo com o apontamento do gestor acima, é válido ressaltar ainda que a realidade da educação está mascarada pela mídia, uma vez que, neste momento, faz-se presente o Contexto da Influência e, também, o Contexto de Produção de Texto, quando exerce influência sobre as políticas educacionais através de um discurso hegemônico. Ainda, em relação ao Contexto de Produção de Texto, são pertinentes, comentários, mídias, pronunciamentos oficiais. Esses textos nem sempre adquirem uma postura de veracidade e coerência, sendo que a ideia apontada pelo autor, não é aquela que está explícita, evidenciando aspectos ideológicos e dogmáticos.

Nesse sentido, é importante salientar o apontamento do Gestor Z, quando nos diz que:

A gestão escolar possui um papel importante nas decisões da escola e também no gerenciamento das mesmas, é ela que viabiliza e norteia as ações na instituição e instiga o corpo docente para realizar uma boa prática, confrontando com as decisões do governo, analisando, por exemplo, as políticas educacionais implantadas, neste caso a da enturmação (GESTOR Z, 2010).

Do ponto de vista técnico a Gestão exige competência de fazer, decidir, liderar. Do ponto de vista político necessita do compromisso com o bem coletivo, com a participação, com o bem de todos. De acordo com Lück ressalta-se que as ações de gestão são, realmente, efetivadas e com resultados positivos, quando planejadas coletivamente. Há que avançar na superação das limitações do conceito de administração, apenas. A gestão supõe a ideia do coletivo, da participação da comunidade escolar nas ações pedagógicas, superando visões equivocadas.

Quando falamos em gestão estamos nos referindo a uma abordagem muito mais ampla do que o conceito de administração e de gerenciamento, lidamos, pois, com um processo político coletivo, que envolve ideias em comum, direitos humanos, ações e princípios democráticos e, neste sentido, podemos destacar nosso principal alvo, a educação, o sistema de ensino, requerendo um olhar cuidadoso e avaliador.

Dessa forma, é imprescindível ressaltar o depoimento do Gestor Z, que se relaciona com o Contexto da Prática, no qual a política está à mercê de interpretações e recriações de ideias e opiniões, o que ocasiona transformações na política original. A compreensão dos textos políticos produzidos no contexto da produção de textos, atestam sua aplicabilidade. E é no momento em que a política educacional chega até a escola que ela ganha sentido, o sentido próprio de cada instituição, com a autonomia de ressignificar determinada política, dar um novo entendimento para a aplicação e efetivação da mesma no espaço escolar.

Para dar continuidade à análise das falas dos gestores, trazemos o Gestor K:

A escola está trocando seu papel e sua função de educar, ensinar e proporcionar um espaço propício para a aprendizagem pelo de gerenciamento, fazendo relação com uma empresa. Tendo que correr atrás de notas fiscais, de rifas, de festas para poder arrecadar dinheiro e com este realizar ações no espaço (compra de computadores, classes, DVD, som, entre outros). Sendo que esse dinheiro teria que ser oriundo do governo, mas sabemos que as prioridades para os governantes não são em relação à educação, esta está sendo vista como caso sem importância ou de fácil solução (GESTOR K, 2010).

O depoimento deste gestor pode ser articulado ao Contexto da Prática. Os profissionais atuam na interpretação dos textos, elaboram sua compreensão acerca dos mesmos, levando em consideração suas histórias de vida, seus valores enquanto pessoas, os propósitos, as experiências adquiridas ao longo de sua trajetória. Esses aspectos contribuem para que as políticas sejam analisadas, tendo presente a possibilidade de reinterpretá-las e recriá-las, pois, no momento em que os textos são lidos pelos indivíduos, os mesmos têm autonomia para dar o sentido e o significado que lhes convêm. Os autores dos textos não podem controlar o seu significado, nem o sentido interpretado pelos leitores, não podem interferir e nem manipular, já que o entendimento varia de acordo com suas histórias, experiências, valores e propósitos, cada um compreendendo de uma maneira diferente.

Os professores e profissionais devem assumir uma postura atuante no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais, tendo o poder de expor o que pensam e, através de ideias que acreditam, interferir neste processo de implementação das mesmas. O Contexto da Prática é válido, nesse sentido, pelo fato de que ele explica como a Política Educacional é interpretada pelos sujeitos. Na escola, por exemplo, ela é internalizada pelos docentes que conhecem a realidade de seus alunos. E é devido a esse conhecimento que a escola possui autonomia para ressignificar a política, lançando outro olhar sobre a realidade em questão.

CONCLUSÃO

A implementação de políticas educacionais consequentes deve contribuir para uma educação de qualidade. Sua concretização dá-se através da gestão, por meio da qual as ações são criadas, viabilizadas e avaliadas. Seu propósito, portanto, é atender às diferenças entre as classes sociais, próprias de países capitalistas, visando a fazer frente às necessidades mais prementes da população. Como cabe ao Estado a função de regulação e de manutenção do bem-estar dos cidadãos, estas medidas devem assegurar os direitos básicos dos indivíduos, tais como saúde, educação, segurança.

A gestão educacional exerce função concretizadora das políticas educacionais. A gestão vem sofrendo alguns impasses quanto à atuação da liderança de seus gestores. Sabe-se que a participação da comunidade escolar, professores e alunos nas ações de organização escolar, nem sempre é satisfatória. Portanto, ressaltamos o quão importante é haver esta colaboração, quando todos assumem uma postura de participação nas decisões.

Ainda, podemos concluir que a partir da coleta de dados, que parte dos entrevistados expôs sua indignação frente a essa medida educacional, a enturmação. Apontam que a mesma trouxe apenas prejuízos para a educação, para as escolas e, também, para a aprendizagem dos alunos, principalmente no que tange ao atendimento individualizado e na relação professor e aluno. No momento em que se colocam trinta, ou mais alunos num 1º ano, por exemplo, na mesma sala de aula, o atendimento individualizado necessário ao aluno fica prejudicado, já que nesta fase, a criança está desenvolvendo suas habilidades da escrita, do seu raciocínio lógico matemático, construindo conceitos para sua aprendizagem, formando sua personalidade.

É importante ressaltar, também, que é imprescindível a escola fazer uso de sua autonomia para ressignificar a aplicação da política educacional, assim podemos sugerir a possibilidade de as:

[...] escolas traduziram as propostas, interpretaram-nas, quebraram-nas, encontraram nelas interstícios não imaginados sobre os quais estenderam sua autonomia, mumificaram-nas, fetichizaram-nas banalizaram-nas, superaram-nas, aproveitando suas potencialidades [...].

Advogamos, novamente, a importância de estudar e compreender o ciclo de políticas, em que a política educacional é entendida em três contextos diferentes, mas que se relacionam entre si.

De acordo com as palavras de Silva, anunciamos que as políticas educacionais implantadas têm interferência dos organismos internacionais, porém são efetivadas com o consentimento dos governos. E são aceitas sem questionamentos ou, até mesmo, pouco analisadas, criticamente, pela sociedade em geral.

A escola tem um importante papel no exercício da autonomia relativa, para avaliar e mudar o que lhe é imposto, como por exemplo, em relação à medida educacional da enturmação. A instituição pode encontrar meios de mudar ou tomar decisões na escola que podem dar outro rumo para as atividades de sala de aula.

O que podemos perceber, também, na análise dos dados das entrevistas é que alguns gestores mantêm uma postura indiferente diante da medida educacional, não mostrando

interesse em mudar, apenas alegando dificuldades em trabalhar com turmas numerosas, porém não apontam possíveis soluções para melhorar determinada situação. Não podemos apontar os motivos de tal atitude, mas podemos dizer que se todos os professores juntos planejassem ideias que pudessem amenizar a situação das escolas talvez fosse um bom começo para se ter uma educação de qualidade nelas, nas perspectivas de que o professor é o grande mediador não só do conhecimento, da relação professor aluno e das decisões macro políticas.

É oportuno salientar em relação ao Grupo Focal, a relevância dos encontros nas escolas, nas quais houve enturmação. Foi possível perceber a persistência em buscar uma educação de qualidade por parte dos docentes envolvidos que atuam no espaço escolar, já que demonstraram alegria em ensinar, força de vontade em buscar o diferencial, lidam de forma crítica com a crise em que a educação se encontra hoje. Assim, podemos dizer que o grupo de professores das escolas pesquisadoras possui características positivas que se destacam, entre as quais, a união, a persistência, a inovação, o cuidar e o educar, presentes na prática educativa, o diálogo, a troca de experiências.

Durante a discussão no grupo foi possível perceber o interesse por parte dos docentes em ouvir e saber reconhecer qual era o objetivo desse encontro e, junto com esse interesse, vinha a participação dos mesmos, através de fatos ou situações que eles vivenciavam em sua prática docente, o que é de grande valia para a construção da pesquisa, bem como para enriquecer o conhecimento de todos.

Ressalta-se, outro tanto, a percepção de uma necessidade, como um apelo por parte dos professores em serem avaliados e analisados, principalmente quando há uma discussão sobre a situação dos mesmos e das escolas, a educação como um todo. Eles precisam ser ouvidos e valorizados. A discussão e o diálogo entre um grupo geram ótimas reflexões e estas, muitas vezes, apontam possíveis soluções para a prática docente, e de igual forma na formulação de políticas educacionais.

Deslocar-se até as escolas e vivenciar um pouco da realidade junto com o corpo docente acresce nosso conhecimento, principalmente no que tange ao retorno da pesquisa para aqueles que contribuíram com sua opinião para a realização da mesma.

EDUCATIONAL POLICY: BEYOND ECONOMIC RATIONALITY – QUESTIONING SCHOOL GROUPING

ABSTRACT: This research has as its theme: “Educational Policies: An Analysis of the Effects of School Grouping in the Elementary School in the Northern Rio Grande do Sul Area- A Necessary Reflection”, is located in the need of evaluating and analyzing the processes of classes’ formation in Elementary School in the Network of the State Education, in the Northern Region of Rio Grande do Sul. In Ball and Bowe’S Cycle of Policies (1992), we looked for the impact of such measures. Thus, the work presents reflections about aspects such as educational policy, educational management, policy cycle, which are directly related to the topic, as well. In this study we reinforce the fact that education policies aim to address the differences between social classes in order to face the most pressing needs of the population. As it is the State’s role to guarantee the welfare of the citizens, and to regulate it, these steps should ensure the basic rights for individuals, such as health, education, security. The development of educational policies happens through the Educational Management, a basic skill in the democratic process. The school as an institution should seek to grant support for the practice of educational management within the macro and micro space, within a vision of totality. This report is based on categories from the cycle of policies, name coined by Stephen Ball and Richard Bowe (1992) British researchers in the area of Educational Policies. Based on the analysis, it is possible to conclude, preliminarily, that most of the interviewed managers is against the educational measure we are studying. They notice it could bring negative consequences for education in state schools, among them the decline in quality education and increased dropout and repetition. In a classroom that has a high number of students, individualized care, learning, assessment and teacher-student, student-student interaction are affected, since, sometimes, the student is already integrated in one group and will have to adapt to another one, with new students.

Keywords: Educational Policies. Cycle of Policies. Educational Management.

REFERÊNCIAS

BAUER. M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Lei 9394, de 20 de Dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases para Educação Nacional**. Distrito Federal, Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Câmara Legislativa. **Parecer nº 1400/2002**. Distrito Federal, Brasília: Senado Federal, 2002.

FRIGERIO, Graciela. A gestão dos sistemas educativos. In: OREALC. **Educação na América Latina**: análise de perspectivas. Brasília: UNESCO, 2002.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MARTINS, Clélia. **O que é política educacional**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MELLO, M. **Pesquisa participante e educação popular**: da intenção ao gesto. Porto Alegre: Ed.I. PPDA, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Nº 11.695, de 10 de Dezembro de 2001. **Lei de Gestão Democrática**. Rio Grande do Sul, Secretaria da Educação. Of. Circ.20ªCRE/GAB/Nº0090/07. Palmeira das Missões, 2007.

SUDBRACK, Edite, M. **Relatório de pesquisa**. Frederico Westphalen, 2009.

SILVA, Maria Abadia da. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. São Paulo: FAPESP, 2002.

TOMMASI, Livia DE; WARDE, Jorge, Mirian. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.